



Lembrando o DIA INTERNACIONAL DA MULHER*

A Câmara dos Deputados e o presidente da República se associaram às comemorações da data. Seguem-se as íntegras dos respectivos pronunciamentos.

“Celebramos, neste 8 de março de 2003, a luta de tantas e incansáveis mulheres que, espalhadas por todo o globo, escreveram destacados capítulos da história da humanidade.

Muito do nosso passado, presente e futuro, especialmente no campo da conquista e consolidação dos direitos humanos, pode ser descortinado a partir da referência que encontramos na organização da militância feminina.

Neste terreno, milhares de mulheres especiais souberam, com sensibilidade e dedicação, fazer da luta por igualdade entre os gêneros um espaço privilegiado para construção de patamares superiores e mais justos nas relações sociais.

No momento em que o mundo anseia pela paz entre os povos e suas nações, nada melhor que nos espelharmos nas idéias e ações concretas destas valorosas mulheres que, quase sempre no anonimato, destacam-se no cotidiano do bom combate contra a discriminação, a violência e a miséria.

Em nome da Câmara dos Deputados, quero nesta oportunidade homenagear as servidoras desta Casa, parceiras no trabalho por um parlamento cada vez mais democrático e ético, e também todas as mulheres brasileiras que não se furtam ao desafio de construir um futuro onde prevaleça o direito à diversidade, à dignidade e à justiça. Parabéns por mais um Dia Internacional da Mulher!”

(Presidente da Câmara Dep. João Paulo)

“O Dia Internacional da Mulher merece, de todos nós, uma reflexão do que já se fez e do muito que ainda há para ser feito de modo que todas as mulheres do Brasil alcancem a dignidade, o respeito e a igualdade que uma sociedade democrática exige.

As mulheres devem orgulhar-se de suas conquistas. Devemos comemorar o espaço obtido por elas na vida pública e em todas as atividades econômicas. Devemos estimular esse progresso e procurar ir mais além.

Quero dirigir uma palavra especial às brasileiras que, com coragem, enfrentam as dificuldades ligadas à pobreza e à miséria. Aquelas que trabalham e cuidam, muitas vezes sozinhas, de suas crianças, e que sofrem violências de toda natureza.

(Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva)

*Publicado na Folha informa de 8/3/2003

Qual a origem dos nomes dos estados brasileiros?*

Franklin Liucoln Ferreira

Os estados foram batizados de acordo com, basicamente, três fontes: nomes indígenas relacionados à região, ocidentes geográficos ou nomes de santos. Veja a origem de uma boa parte deles:

Tocantins – Nome de um grupo indígena que teria habitado a região junto à foz do rio Tocantins. A palavra tupi significa “bico de tucano”.

Roraima – Nome indígena local que significa serra verde ou monte verde. A palavra é formada pela junção de “roro” ou “rorá” (verde) com “imã” (serra ou monte).

Acre – O nome provavelmente vem de “aquiri”, corruptela de “uwákürü”, vocábulo do dialeto ipurinã que denominava um rio local. Conta a História que, em 1878, o colonizador João Gabriel de Carvalho Melo fez um pedido por escrito a um comerciante paraense de mercadorias destinados à “boca do rio Aquiri”. Só que o comerciante não entendeu a letra de Melo, que parecia ter escrito algo como “acri”, e as compras foram entregues ao colonizador com o destino “rio acre”.

Amazonas – O nome, que se transmitiu do rio à região e, depois, ao estado, deve-se ao explorador espanhol Francisco de Orellana que, em 1541, ao chegar à região, teve de guerrear com uma tribo indígena. O cronista da expedição relatou que os guerreiros eram, na verdade, bravas índias. Elas foram comparadas às Amazonas, mulheres guerreiras que, segundo lenda grega, retiravam o seio direito para melhor manejarem o arco-e-flecha.

Rondônia – Originalmente criado como território do Guaporé em 1943, trocou de nome em 17 de fevereiro de 1956, em homenagem ao marechal Cândido Rondon (1865-1958), que desbravou a região.

Mato Grosso – A denominação tem origem em meados da década de 1730 e foi dada pelos bandeirantes que chegaram a uma região onde as matas eram muito espessas. Embora a vegetação do estado não seja cerrada e densa em toda a sua superfície, o nome foi mantido e se tornou oficial a partir de 1748.

Mato Grosso do Sul – A criação do estado é resultado de um longo movimento separatista que teve sua origem em 1889, quando alguns políticos propuseram a transferência da capital de Mato Grosso para Corumbá. Na primeira metade do século 20, com a chegada de seringueiros, criadores de gado e exploradores de erva-mate à Região Sul, ficou clara a diferença entre as duas metades do estado. E em 1977 ele foi desmembrado.

Goiás – Devirá do nome dos índios guaiás, que ocupavam a região no final do século 16, quando lá chegaram os bandeirantes em busca de ouro.

Paraná – Também formado pela junção de “pa’ra” com “aña”, que significa “semelhante, parecido”. A palavra servia para designar um rio semelhante ao mar.

Santa Catarina – Há duas possíveis origens para o nome. A primeira se refere a Sebastião Caboto, italiano a serviço da Espanha, que chegou à ilha por volta de 1526 e teria lhe dado esse nome em homenagem a sua mulher Catarina Medrano. Alguns historiadores, entretanto, acreditam que se trata de um oferecimento a Santa Catarina de Alexandria, festejada pela igreja no dia 25 de novembro.

(Continua no próximo número)

*Publicado na revista *Galileu* – março de 2003 pág. 10

Química do Cérebro*

Roberta A. Rohr

O que provoca enxaqueca?

A enxaqueca é um distúrbio neuroquímico vascular com origem genética. Ela está relacionada a falhas no mecanismo de produção da serotonina – neurotransmissor (substância química) ligado ao humor e ao prazer – e à dilatação dos vasos sanguíneos.

Como se trata de uma doença genética, não dá para falar em causas da enxaqueca, mas sim no que a desencadeia. De um modo geral, está relacionada a alterações de rotina. Por exemplo, se a pessoa está acostumada a dormir oito horas e, por algum motivo, altera isso, seja para mais ou para menos, pode dar início a uma crise. Outros fatores deflagradores já registrados são álcool, alguns alimentos (queijos, chocolate, adoçante), estresse, e alterações hormonais. Por isso, as mulheres são as maiores vítimas: três para cada homem.

A doença se caracteriza por crises que podem ter uma série de sintomas: dor de cabeça forte e pulsátil em uma metade da cabeça – o que geralmente incapacita o paciente – sensibilidade a luz, a cheiro, a barulho e a movimento, alterações psíquicas (como irritabilidade), perda do apetite e até náuseas (algumas pessoas chegam a vomitar). As crises costumam durar de 4 a 72 horas. Esses sintomas não acontecem todos ao mesmo tempo e também não atingem os pacientes do mesmo modo.

Mas quem suspeita que tem enxaqueca não precisa começar a evitar queijo e chocolate ou bebidas alcoólicas. Uma das principais características da doença é que ela apresenta sintomas e é desencadeada de forma diferente em cada pessoa, o que exige um tratamento específico. É importante fazer uma pesquisa minuciosa para perceber o que deflagra uma crise, como ela se manifesta e quanto tempo dura. Para prescrever um tratamento adequado, o médico precisa saber exatamente como é essa dor. É recomendável, inclusive, que o paciente faça um diário com essas informações.

Para algumas pessoas, por exemplo, repouso e silêncio já são suficientes. Outras têm crises tão arrebatadoras que precisam ser tratadas com prevenção e medicamentos diários. Nos tratamentos em que o paciente toma remédios, só quando a dor começa, geralmente são usadas à base de triptanos, que agem de forma semelhante à serotonina.

A orientação individual para cada paciente é importante também para evitar um fenômeno conhecido como dor de cabeça rebote, causado pelo uso excessivo de analgésicos.

Mas a grande maioria dos médicos defende que evitar a crise ainda é a melhor opção. Para conseguir isso, os pacientes precisam manter uma rotina regrada, afastando as coisas que podem desencadear uma crise, e ser feliz. Parece brincadeira, mas a dica é bastante científica. Bom humor e alegria mantêm os níveis de serotonina alto. E, para o cérebro, dor e felicidade são incompatíveis, pois ele já está produzindo o analgésico.

* Publicado na revista *Galileu*, pág. 8, março de 2003

No Ano Internacional da Água Doce

No número de março do corrente ano, a revista *Galileu* publicou um longo artigo de Rafael Garcia (rgarcia@edglobo.com.br), com o título “SEDE GLOBAL - No Ano Internacional da Água Doce, o planeta discute como evitar um colapso”.

Cita o autor no início de seu trabalho: “O 3º Fórum Mundial da Água Doce, que começa dia 16 deste mês em Kyoto, no Japão, tem uma dura realidade pela frente. Cerca de 10 mil representantes de governos e ONGs devem discutir soluções para revitalizar o suprimento mundial de água doce, que pode se esgotar em até 50 anos, se o uso for irresponsável. Hoje o homem consome 54% de toda a água doce disponível no mundo, e esse número cresce ano a ano. Se for levado em conta o crescimento populacional, dentro de 25 anos estaremos usando 90% de toda a água doce e dois terços da humanidade estarão passando sede. Segundo a Unesco, que elegeu 2003 o Ano Internacional da Água Doce, a perspectiva sombria só vai mudar com o fim do desperdício, da poluição e do descaso com as populações pobres.

Dentre as diversas questões abordadas no artigo, que é bastante ilustrado, estão: Desigualdade e conflito – Miséria gera falta de água potável até em países com grandes rios; O ciclo hidrológico – O percurso da água na natureza não dá conta do consumo humano desenfreado; Consumo e uso irracional – Técnicas arcaicas de agricultura e da indústria desperdiçam água; Poluição e doenças – Manter a água limpa saíria mais barato do que tratar vítimas de contaminações; Temos saída? Nenhuma tecnologia paga o preço desperdício; Deserdados das águas – O Brasil tem negligência haitiana com esgotos, mas gasta recursos hídricos como se fosse os Estados Unidos.

Muitos são os exemplos surpreendentes citados a respeito no meio brasileiro, como: 1) 20 milhões de residências do país não são servidas de água tratada; 2) Manaus, na confluência dos rios Amazonas e Negro, onde grande parte das moradias não recebe água potável, é um caso gritante de abundância inútil.

Vale a pena ler a íntegra do artigo!

Publicado no *MOMENTO – UFF* – nº 137, de abril de 2002.

Passeios noturnos*

Paula Danielly Lange

O que é o sonambulismo? Qual a sua causa?

O sonambulismo (andar dormindo) é distúrbio do sono considerado normal quando ocorre na infância. Até os 10 anos, cerca de 10% das crianças apresentam alguma perturbação desse tipo, como falar enquanto dorme ou bruxismo (ranger de dentes), mas depois voltam a dormir. O sonambulismo só passa a ser considerado anormal e precisa de tratamento quando permanece entre os adultos.

O mais importante é saber identificar o que está acontecendo com a criança porque algumas doenças, como epilepsia, podem causar comportamentos semelhantes. Para ter certeza, é feito um monitoramento da pessoa enquanto ela dorme. O maior cuidado que se deve ter com um sonâmbulo é acompanhá-lo para evitar que se machuque. É recomendável tentar dirigi-lo para a cama sem acordá-lo. Não que isso cause algum problema maior, mas como os ataques costumam ocorrer durante o sono profundo, ao ser acordada de repente, fora da cama, a pessoa pode se assustar.

*Publicado na revista *Galileu* – março de 2003, pág. 06

Se choras por ter perdido o sol, as lágrimas não te permitirão ver as estrelas. *Rabindranath Tagore*

ASPIUFF
ABRIL 2003 - ANO XI - Nº3

Publicação do Departamento de Difusão Cultural da Associação dos Professores Inativos da Universidade Federal Fluminense

Jornalista responsável:

Neusa Pinto – Reg. MTPS nº 12.255

Equipe de redação:

Ceres Marques de Moraes, Ana Maria dos Santos e Neusa Pinto

Data de fundação da ASPI-UFF:

14 de julho de 1992.

Sede:

R. Passo da Pátria, 19 – São Domingos, CEP 24210-240 – Niterói, RJ

Tel.: (21) 2622-9199

Telefax: (21) 2622-1675

E-mail: aspiuff@urbi.com.br

Site: www.urbi.com.br/users/aspiuff

Diretoria Biênio 2002/2004

Presidente:

Aidyl de Carvalho Preis

1º Vice-Presidente:

Joaquim Cardoso Lemos

2º Vice-Presidente:

Lúcia Molina Trajano da Costa

1ª Secretária:

Magaly Lucinda Belchior da Mota

2ª Secretária:

Léa Souza Della Nina

1ª Tesoureira:

Dalva Regina dos Prazeres Gonçalves

2ª Tesoureira:

Celina Tavares Coelho da Silva

Conselho Deliberativo (membros efetivos):

Sheilah Rubino de Oliveira Kellner – Presidente

Acrisio Ramos Scorzelli – Vice-Presidente

Teresinha de Jesus Gomes Lankenau – 1ª Secretária

Júlia Archontakis

Hilda Faria

Isar Trajano da Costa

Salvador Alves Pereira

Luiz César Aguiar Bittencourt Silva

Jorge Fernando Loretti

Maria Delque dos Santos S. Martins

Conselho Fiscal (membros efetivos):

Eduardo Pedreira de Cerqueira – Presidente

Amanda Celeste Pimentel

Ana Pedreira Boechat – Secretária

Maria Therezinha A. Lyra

Nésio Brasil Alcântara

Departamento de Saúde:

equipe constituída por:

Maísa F. de C. Araújo

Departamento de Assuntos Acadêmicos:

Sonia Maria Silva

Departamento de Direitos:

Maria Nazareth Martins Ramos

Departamento de Difusão Cultural:

Ceres Marques de Moraes

Departamento de Integração Comunitária:

Maria de Lourdes Caliman

Departamento de Lazer

e Promoção Social:

Respondendo pelo expediente:

Léa Souza

Della Nina

Projeto Gráfico:

Cecília Jucá de Hollanda

Revisão:

Damião Nascimento

Serviços Gráficos:

Gráfica Falcão

Notícias

BOLETIM INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES INATIVOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

O governo Lula anunciou a Reforma da Previdência como prioridade máxima e estipulou prazo de três meses para ouvir os diferentes segmentos da sociedade para só depois elaborar uma proposta a ser enviada ao Congresso. Mas embora se diga de ouvidos abertos à população do PT já deixou transparecer que pretende trilhar caminhos muito semelhantes às propostas anteriores – sequer convidou o Sintrasef e demais sindicatos e confederações, representantes únicas para trabalhadores e servidores públicos.

PÚBLICO. *Há quem diga (Público nº 72, "Carta ao companheiro Lula") que a Seguridade Social daria lucro se fossem respeitadas as fontes de receita. E mais, que isso não acontece porque o dinheiro da Previdência é desviado pelos governos e pelo Congresso, através da Dissociação de Receitas da União, para atender às exigências do FMI quanto ao superávit primário. O sr. concorda?*

Lindolfo Machado. O Executivo sim, o Congresso não. O problema não é o desvio da receita previdenciária, mas misturar a Previdência, que é resultante de contribuições particulares, com a Seguridade, que é obrigação do Tesouro Nacional para com os funcionários públicos civis e militares. E por que, agora, apontam um déficit de R\$ 64 bilhões? A folha do funcionalismo civil e militar, neste ano, é de R\$ 70 bilhões (quase a mesma de 2002), mas, uma vez que a receita proporcionada pela contribuição dos servidores produz em torno de R\$ 6 bilhões, eis por que o número. Só que isso é errado, não se pode considerar folha de pagamento como déficit. Quanto ao superávit primário, trata-se de uma brincadeira: superávit primário é o confronto entre receita e despesa, sem contar os juros pagos pela rolagem da dívida interna, o que não diz nada. O país paga, por mês, aproximadamente, R\$ 15 bilhões de juros aos bancos, enquanto a dívida passa de R\$ 800 bilhões.

P. *A mídia costuma apresentar os servidores públicos como vilões do "déficit da Previdência", como se ela desconhecisse que os federais descontam 11% sobre o total de vencimentos, enquanto os da iniciativa privada descontam o mesmo percentual sobre um teto de R\$ 1.561,56. (Para um servidor público e um da iniciativa privada*

que recebessem o mesmo salário de R\$ 4 mil, aquele descontaria R\$ 440,00 para a Previdência e este, R\$ 171,77, o que significa dizer que o servidor público desconta para ter direito a aposentadoria integral.) Qual é a verdade sobre o assunto?

LM. A pergunta já diz tudo, revela claramente a resposta, pois, uma vez que as contribuições não são iguais, tampouco as aposentadorias podem ser iguais ou unificadas. Para igualar as aposentadorias, seria preciso igualar as contribuições, é claro.

P. *O presidente Lula disse que, nos próximos noventa dias, o ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, e o do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Tarso Genro, promoverão amplos debates com a sociedade organizada, mas que a questão dos militares será tratada à parte. O que o sr. acha disso?*

LM. Os militares merecem tratamento diferenciado da mesma forma como os servidores públicos: uma vez que contribuem mais, têm direito a uma aposentadoria maior. Não se trata de um privilégio, mas de um direito consolidado.

P. *Mesmo sem que haja um projeto pronto e acabado, é possível ler, nas entrelinhas, que o governo Lula, tal como os antecessores, sonha unificar os sistemas de aposentadorias e pensões dos trabalhadores públicos e da iniciativa privada, fortalecendo o sistema de previdência complementar, baseado no regime de capitalização, o que gera um teto (atualmente, em R\$ 1.561,56) absolutamente irreal. Quais seriam os benefícios ou danos que esse sistema acarretaria?*

LM. Um sistema unificado não acrescentaria praticamente nada aos trabalhadores particulares e arrasaria os públicos, que descontam 11% dos vencimentos, sem limite, para esse direito. Qualquer mudança vai ser uma violação do direito adquirido, que, no início do contrato, garante as cláusulas que regem as partes. Contrato não pode ser mudado de forma unilateral – caso contrário, para quê contrato? A pergunta inclui o sistema complementar de aposentadoria na base de uma capitalização – perfeito –, mas quem vai pagar a conta da complementação de uma pessoa de 60 anos? Quanto tempo de contribuição ele vai exigir? As estatais já contam com aposentadoria complementar, mas elas pagavam muito mais do que os empregados para isso; além do mais, num regime de capitalização, se ele falhar, como vão ficar os que compraram os planos?

P. *Com que teto seria possível atender à eficiência previdenciária e à dignidade dos trabalhadores?*

LM. O teto máximo da aposentadoria depende da contribuição – isso, no serviço público. No INSS, as aposentadorias estão defasadas porque quem contribuía sobre dez salários mínimos recebe, hoje, no máximo, apenas sete. Antes de qualquer reforma, o governo tem que atualizar esses valores, que são objeto de milhares de ações judiciais transitadas em julgado; além do mais, para a reforma da Previdência ter sucesso, é preciso que o governo Luiz Inácio Lula da Silva sente com os líderes sindicais e discuta o assunto. Depois, para a Previdência ser imparcial nas decisões, defendendo a necessidade da direção do INSS ser integrada por um conselho, com um servidor público da ativa, um representante dos aposentados e um do governo; sem dúvida, vão acabar as fraudes e fajutos "déficits da Previdência". Sempre defendi que se crie o conselho nos postos-chave e que ele sobreviva com o desconto dos servidores, na esfera estadual (Rioprevidência) ou municipal (Previ-Rio). (Entrevista a Eliana Coelho)

* Publicada no Jornal PÚBLICO de janeiro de 2003.

Um momento histórico

No dia 26/2/2003 ocorreu no Ministério do Planejamento entre o Governo e Entidades sindicais uma audiência para dar início ao processo de negociação com os servidores Públicos Federais. O fato em si, como sabemos, é inédito, consideradas as tradicionais lutas que sempre ocorreram a respeito. Como representantes do Governo estavam presentes: O ministro da Casa Civil, José Dirceu, o ministro do Planejamento, Guido Mantega, o ministro do Trabalho, José Wagner, o ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, Marcelo Sereno, da Casa Civil, Luiz Alberto dos Santos da Casa Civil, Luis Dulei, secretário da Presidência da República, Luis Fernando, secretário de Gestão do Ministério do Planejamento.

Fizeram-se representar na oportunidade as entidades sindicais: CUT – Nacional, por João Felício; ANDES – SN, por Lucas e Domingues; CONDSEF – José Milton e Pedro Armengsel; ASSIBGE – Luís Fernando e Júlio César; CNTSS – Denise e Wladimir; FASUBRA – Paulo Henrique e Celso Luiz; FENASPS – Jorge Ricardo e Lídia de Jesus; FENAFISP – Jorge Ricardo e Lídia de Jesus; FENAFISP – Flavo; FENAJUFE – Marcos Valério e Roberto Policarpo; SINASEFE – Manuel Porto e Silvio Rotter; SINDLEGIS e UNAFISCO – Paulo Gil e Isabel Vieira.

A Abertura da Reunião feita pelo ministro Guido Mantega com as seguintes informações e considerações:

Que aquela reunião representava um momento histórico, afirmando que, pela primeira vez, um governo inicia um processo de negociação com os Servidores Públicos com a presença de cinco ministros de Estado e suas respectivas assessorias qualificadas;

Que o objetivo daquela audiência não era o de negociar/discutir a Pauta de Reivindicação, mas o de instalar formalmente um processo de negociação com os Servidores Públicos Federais;

Que aquele ato de reunir cinco ministros à mesa de negociação, por si só, já indicava a disposição do governo em tratar de forma qualificada os Servidores Públicos Federais, e, conseqüentemente, uma relação distinta dos governos anteriores, o que dá nova qualificação às relações entre o Estado e seus servidores.

Da proposta de Funcionamento da Negociação feita pelo ministro:

Que o responsável pelo processo de negociação por parte do governo é a Comissão de Ministros (Planejamento,

Previdência, Trabalho, Fazenda e Casa Civil);

Que as negociações diretas (mesas para discutir cada item da Pauta de Reivindicação) são realizadas, por parte do governo, por uma Comissão de alto nível de discussão e decisão, que será Coordenada por Dr. Luís Fernando (Secretário de Gestão/MPOG) e por um representante de cada ministério dos respectivos ministros da Comissão de Negociação;

Que, a partir da próxima reunião entre a Comissão do Governo e dos servidores, seja estabelecido um cronograma e agenda para a discussão da Pauta de Reivindicação;

Que a Pauta de Reivindicação será analisada e discutida no andamento das negociações;

Que no andamento das negociações, caso haja necessidade, serão instaladas mesas de negociações por Ministros;

Que o processo de negociação deve ir muito mais além das questões salariais, tendo inclusive de se priorizar o debate sobre a reconstrução dos serviços públicos, plano de carreira, data-base, dentre muitas outras questões inerentes aos Serviços e Servidores Públicos Federais;

Que a questão salarial tem limites orçamentários. A herança deixada pelo governo passado (orçamento para 2003), na qual as receitas são insuficientes para atender às despesas, levou à necessidade de o governo fazer um contingenciamento na ordem de 14 bilhões de reais;

Que, em relação à reposição das perdas salariais dos SPF's, tem-se que trabalhar com a previsão deixada pelo governo passado, na ordem de 4%, mas não há ainda uma posição fechada em relação ao índice de reposição, ressaltando que não existe possibilidade de extrapolar a previsão deixada pelo governo passado;

Propôs a próxima reunião, já para iniciar o processo de negociação, para o dia 24/3/2003. Foi feita uma ponderação pelos representantes da CNESF no sentido de antecipar essa data, o que foi prontamente atendido pelo Dr. Luís Fernando, ficando agendada a próxima reunião para o dia 12/3/2003.

O presidente João Felício, na sua intervenção, destacou a importância daquele momento, expressa na demonstração da vontade política do atual governo em estabelecer uma relação com os Servidores Públicos Federais, distinta daquela dos governos passados, iniciando um processo real de negociação.

Destacou também a necessidade urgente de recuperar-se o papel dos Serviços e Servidores Públicos como elemento fundamental na construção de um Serviço Público gratuito e de qualidade para toda sociedade brasileira, ressaltando que o único caminho para o alcance desse objetivo é o caminho da negociação. Defendeu um calendário de negociação, independentemente das posições diferenciadas entre Governo e Servidores. Foi colocada, pelo Presidente da CUT, a posição contrária à aprovação do PLC – 09, destacando que queremos fazer um debate geral sobre a Reforma da Previdência e não de forma “fatiada”.

Os companheiros da CNESF fizeram intervenção informando e destacando o seguinte:

A apresentação formal das entidades que compõem a CNESF;

A marginalização sofrida pelos servidores nos governos anteriores, tachados de marajás, vagabundos, privilegiados, entre outras injúrias;

(Continua na página seguinte)

Faculdade de Farmácia chega ao Norte do Brasil*

Alexandre Vasques
e Eduardo Ades

A Faculdade de Farmácia come-mora 90 anos recebendo um presente que vem do Norte do Brasil. A universidade expandirá seu espaço físico e seu conhecimento para Oriximiná, no Pará. O projeto firmado entre a UFF e a Prefeitura do município paraense é dividido em três partes: construção de uma farmácia universitária na cidade, criação de um horto que abrigue as plantas medicinais da região e pesquisa científica envolvendo plantas nativas. Mais do que suprir as necessidades da população local na área da saúde, a intenção do diretor da faculdade, professor Nikolai Sharapin, é criar a possibilidade de manipular novos medicamentos fototerápicos.

A implantação da farmácia universitária no município favorecerá diretamente as camadas mais baixas da população. “Será um centro de distribuição de medicamentos a baixo custo”, explica o professor. Os postos de saúde e o Hospital da Prefeitura de Oriximiná, como consequência da falta de farmacêuticos, não possuem padronização de medicamentos, e não há cumprimento de normas técnicas. A filial da Farmácia Universitária de Niterói dará esse tipo de assistência aos órgãos públicos de saúde locais. A unidade da UFF também controlará a qualidade da água potável que abastece a população, outro problema que aflige o município, realizando a análise físico-química e bacteriológica da água.

Outra função da Farmácia Universitária de Oriximiná nesta primeira etapa será a manipulação de medicamentos alopáticos e homeo-páticos. O serviço facilitará bastante a vida dos pacientes porque a cidade não tem médico homeopata, obri-gando a paciente a se deslocar até Trombetas para, então, só depois de uma semana, receber o remédio que vem de Santarém. O serviço possibilitará ao paciente estar com o medicamento nas mãos em até 48 horas após o pedido. Os medic-amentos da indústria farmacêutica distribuídos para a farmácia uni-versitária, em Niterói, também serão oferecidos ao povo de Oriximiná através da Farmácia de Manipulação.

(Publicado no *MOMENTO* – UFF
nº 137, de abril de 2002.)

A preocupação em relação aos ataques da grande mídia aos servidores, impondo-lhes a “pecha” de privilegiados;

O resgate dos processos de mobilização/ greve dos anos de 2000 e 2001 e suas motivações;

A ratificação da Pauta de Reivindicação, já anteriormente protocolada junto ao governo;

O resgate do processo de desmonte feito no Serviço Público nos últimos 10 anos (privatização, agencificação, terceirizações e extinções de órgãos);

O papel dos servidores e sua importância para a reconstrução dos Serviços Públicos;

A posição contrária à aprovação do PLC – 09, destacando-se que a discussão sobre a Previdência não pode passar meramente pelo enfoque mercantilista, mas pela concepção de Previdência como um Direito Social. Foi expressa pelos representantes da CNESF a preocupação com o ritmo que está sendo dado à Reforma da Previdência e, naturalmente, se ratificando a posição de retirada/não aprovação do PLC- 09;

Foram formuladas aos representantes do governo algumas indagações elementares para os Servidores e Serviços Públicos: Como ficará o nosso salário? Qual a política salarial para os SPFs? Como se dará a recomposição das perdas salariais dos SPFs? Como se dará a reconstrução do Estado brasileiro? Essas indagações foram feitas com o objetivo de sinalizar para o governo qual o rumo que estamos querendo dar no processo de negociação;

Foi destacada, ainda, considerando os ataques que os servidores vêm sofrendo na imprensa, a necessidade de o governo, junto à imprensa, desmitificar essa imagem distorcida que estão querendo imputar aos Servidores Públicos;

O ministro a seguir:

Elogia a postura das entidades sindicais pela preocupação em relação à reconstrução dos Serviços Públicos;

Faz considerações sobre o processo de desmonte que sofreu o Estado brasileiro nos últimos 10 anos (Privatizações Selvagens, Terceirizações, etc);

Afirmou as necessidades da parceria dos Servidores na reconstrução dos Serviços Públicos;

Nas questões econômicas, afirmou que as entidades terão acesso a todas as informações necessárias (abriremos as contas para vocês);

Ao final da sua fala, afirmou: “Considero instaurado um processo de negociação entre o governo e os Servidores Públicos Federais”.

Intervenção do ministro Palocci:

O desmonte do Estado é um tema de grande importância para ser discutido;

Quanto à degradação da ação pública, herança do governo passado, quatro anos será

pouco para se reconstruir a capacidade de ação do Estado;

No que diz respeito às questões econômicas, a herança deixada pelo governo passado não nos permite muita mobilidade. “Será um desgaste desnecessário, não haverá mudança significativa. Queremos que vocês façam essa discussão com a categoria”, afirmou, referindo-se ao reajuste;

A reconstrução dos Serviços Públicos deve se dar num contexto profissional, não pode se dar no aspecto meramente reivindicatório;

No debate sobre a Previdência, deve ser abordada a questão de sustentabilidade do sistema. Sem esse debate, não se avança;

“Não morro de amores pelo PLC – 09”, mas é necessário fazer um debate profundo sobre a sustentabilidade do sistema;

O debate da Previdência não pode ser unificado (Regime Geral e Regime dos Servidores Públicos), porque se unificar-se a discussão, tem-se que unificar os procedimentos;

Vocês devem concentrar o debate no Regime de Previdência dos Servidores tendo como referência a sustentabilidade;

O déficit de 2002 da Previdência dos Servidores Públicos foi de 29 bilhões de reais. Mesmo se o governo pagasse a sua parte, não resolveria o problema, o déficit ainda seria de 22 bilhões de reais;

O debate é necessário, para se garantir esse direito às futuras gerações. “O Lula poderia empurrar o problema por mais quarto anos, mas isso seria irresponsabilidade”.

O calendário da Previdência é um calendário curto;

Pode-se se criar uma Comissão no Ministério da Previdência para se discutir a Reforma da Previdência;

Intervenção de Jaques Wagner:

Esta postura do governo de negociar não é um gesto de gentileza, é um gesto de convicção;

Mesa de Negociação só funciona quando se acredita no interlocutor. Por isso, queremos estabelecer um processo sincero. “As convergências serão apontadas e as divergências também”.

Intervenção de Berzoini:

As discussões sobre a Previdência têm sido úteis – forma aberta;

O debate sobre a Previdência não é só fiscal, é um jogo para as próximas décadas. Há um estrangulamento no sistema que já está comprometendo as contas estaduais e municipais e, em pouco tempo, estrangulará as contas da União.

Conclusão:

O ministro Guido Mantega encerrou a reunião reafirmando o desejo de construirmos um processo qualificado de negociação com os Servidores Públicos Federais.

A Campanha da Fraternidade*

A vida, a dignidade e a esperança para as pessoas idosas são o tema da Campanha da Fraternidade que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) está lançando em todo o país.

Durante a Quaresma, e ao longo de 2003, o principal foco das reflexões e debates em todos os níveis da igreja serão o respeito e os direitos às pessoas da terceira idade.

Oficialmente, o tema se chamará “Fraternidade e as Pessoas Idosas”, e o lema será “Vida, Dignidade e Esperança”. Trata-se de um universo de pessoas que aumenta cada vez mais em todo o mundo, por conta do crescimento da expectativa de vida e dos avanços da medicina.

A CNBB procura não “definir idades, nem rotular” com classificações as pessoas que são alvo dessa campanha, observa o padre e teólogo Márcio Fabri. “O importante é chamar a atenção para a necessidade de um acolhimento da comunidade. Os mais velhos precisam ser relacionados a uma maior experiência e a uma sabedoria acumulada. Mas a tendência, numa sociedade muito marcada pela eficiência, é ver o idoso como menos capaz.”

Os constituintes de 1988 criaram artigos que, se cumpridos, estariam garantindo “Vida, Dignidade e Esperança” aos idosos.

Art. 7º – inciso IV – salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas etc. etc.

Art. 194 – A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Art. 203 – A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

V- a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios, etc. etc. Há inúmeros projetos que poderiam corrigir tudo o que vem sendo feito para deixar os mais de 15 milhões de idosos em situação de pobreza, uma parte abaixo da linha da miséria, sem tratamento de saúde tão necessário a quem ultrapassou os 60 anos, sem moradia e alimentação dignas e importantes para essa faixa etária, sem o respeito que seus cabelos brancos e caras enrugadas tanto merecem, enfim: está faltando tudo para a população idosa neste país.

É bom que eles saibam que existem parlamentares preocupados com seus problemas, e a prova é um grande número de

o PL 3561, de 1997, do deputado PAULO PAIM, que institui o ESTATUTO DO IDOSO, foi aprovado por unanimidade na Comissão Especial, cujo presidente, deputado EDUARDO BARBOSA, do PSDB, entregou o texto ao então presidente da Casa, deputado AÉCIO NEVES, do PSDB; este apenas fingiu atender aos inúmeros pedidos de representantes dos idosos, deixando-o em pauta por algumas semanas, e retirando rapidamente, sem nenhuma explicação.

Tudo o que o idoso precisa, e que a CNBB resumiu no seu lema “Vida, Dignidade e Esperança” está inserido no ESTATUTO DO IDOSO e é por isso que esperamos do novo Congresso Nacional, renovado e muito mais progressista que o anterior, a sua apreciação e votação.

O IDOSO BRASILEIRO AGRADECE

*Publicado na “a FRENTE informa” de 5/3/2003

Chá Beneficente com sorteio de prêmios
Está programado para o dia 5 de maio próximo, 2ª feira, às 14 horas, na sede da Casa da Amizade, Rua Murilo Portugal, nº 1130, Charitas, Niterói.

Como das vezes anteriores, pretende-se que seja uma tarde agradável, de clima e organização já conhecidos da sociedade de Niterói, quando se terá oportunidade de rever amigos, e colaborar com os objetivos do evento. Adquirir o seu convite (R\$10,00) na sede da ASPI (Rua Passo da Pátria, 19) ou com colaboradas que habitualmente têm participação ativa nas iniciativas da ASPI.

Fale do Lugar Sagrado

Recebemos da aspiana Elisabeth Schneider de Sá (sabete@uol.com.br) acompanhado de uma gentil mensagem, o texto a seguir, que com satisfação levamos ao conhecimento de nossos leitores. “Encontrei um novo *site* na internet que se chama Lugar Sagrado.

(www.lugarsagrado.com). É um *site* que te guia durante 5 a 10 minutos numa oração estruturada em seis etapas (tais como, por-se na “Presença de Deus” e exercícios preparatórios), centrada em curtas passagens da Sagrada Escritura escolhidas expressamente para o dia (por isso, todos os dias é um bocado diferente). Os Jesuítas criaram este *site* com o objetivo de ajudarem as pessoas que passam grande parte do seu tempo sentada em frente ao computador e adquirem hábitos de oração diária. Têm tido uma média de 4.000 visitantes por dia, não é fantástico?

Teto para servidores

Uma das propostas em estudo no Planalto para a reforma da Previdência é a fixação de um teto salarial de R\$12.700,00 para os servidores públicos. Esse valor corresponde ao salário base de um ministro do Supremo

Tribunal Federal (STF). A idéia teria sido apresentada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva na reunião ocorrida nos dias 21 e 22 de fevereiro com 25 governadores de estado. Os governadores do PSDB reivindicam a conclusão da reforma administrativa, que fixaria um teto federal e sub-tetos estaduais e municipais. A reportagem apurou que a idéia de fixar o teto do funcionalismo em R\$ 12.700,00 encontrou simpatia dentro do Planalto. É que a criação desse limite acabaria com as superapostadorias pagas não só para os servidores, mas pelo próprio Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Levantamento feito pelo INSS mostra que existem pensionistas que ganham mais de R\$ 50.000,00 por mês de benefício.

Almoço de Confraternização

O almoço de confraternização do mês de abril será realizado no dia 3, a partir de 12h na sede da ASPI.

Desde que passou a ser realizado na sede, os almoços mensais passaram a contar com atrações de diversas naturezas. No mês de março houve uma palestra proferida pelo Prof. Luiz César Aguiar Bittencourt Silva sobre as barcas e os bondes, usados por muitos dos “jovens” que vinham dar aulas em Niterói, particularmente a partir dos anos 40. Muitas brincadeiras foram lembradas, canções da época foram cantadas etc...

Compareça ao próximo almoço! Uma nova surpresa o aguarda!

Exposição e curso de “Patwork”

Deverá ser realizado na sede da ASPI-UFF no período de 1 a 3 de abril, das 10h às 17h, uma exposição de trabalhos de “patwork”. A realização deste evento tem por objetivo motivar os interessados para um curso a ser realizado a partir da 2ª quinzena do mesmo mês, sobre as técnicas próprias deste tipo de trabalho. O curso estará sob a responsabilidade da profª Nazareth.

No dia do almoço de confraternização de abril, a exposição estará montada.

Projeto Reencontro, Integração, Participação

A ASPI está implantando, a partir de março de 2003, este projeto, que tem por objetivo geral, reintegrar os professores da mesma área em que atuaram na UFF ou estão prestes a se aposentar.

Dentre os objetivos específicos a serem alcançados estão os seguintes: 1) Propiciar momentos de confraternização e integração dos professores; 2) Relembrar a saga na construção da história da UFF e em especial dos cursos em evidência; 3) Identificar os interesses dos professores quanto a atividades que desejam e possam ser desenvolvidas pela ASPI; 4) Estimular os professores a se engajarem em alguma atividade que lhes propicie momentos de prazer e realização.

A metodologia escolhida prevê a realização mensal de uma reunião (tarde de convivência ou café da manhã) com professores, de acordo com o dia do profissional correspondente à sua área de atuação. Dinâmicas diversas serão desenvolvidas com a participação dos professores, a fim de que se possa registrar experiências vividas por eles. Em breve será divulgado o calendário anual das reuniões do projeto.

Entre. A casa é sua!

Sede tem novos espaços para acolher os filiados.

Cumprindo o compromisso de fazer da sede da Associação dos Aposentados e Pensionistas da UFMS um local aprazível para acolher os associados, a diretoria realizou serviços em suas instalações, no final do ano passado. As obras realizadas permitiram o atendimento de uma antiga sugestão dos filiados, equacionando o problema de local adequado para amplas reuniões. O redimensionamento dos espaços resultou num amplo auditório para sediar cursos, palestras, reuniões e eventos culturais e recreativos. Com a funcionalidade obtida torna-se possível adaptar o local para as mais diversas promoções, a exemplo do que ocorreu na confraternização do final do ano, com o ambiente aberto para a área externa, ampliando espaços para receber os associados em reunião festiva.

A instalação do auditório possibilitou também uma melhor adequação de espaços nas demais dependências. A diretoria passou a ocupar o mezanino, anteriormente utilizado para aulas de informática e, com isso, foram readaptados os demais espaços ocupados, facilitando a rotina administrativa e melhorando o atendimento aos associados. A área externa teve os acessos de calçamento e ajardinamento refeitos e com a remodelação da fachada, o resultado foi uma bela valorização do imóvel. Com a entrega da “nova” sede, a atual diretoria coloca agora como prioridade o cumprimento das demais metas estabelecidas em seu plano de ação, contando sempre com a participação

dos cerca de 300 filiados nas promoções previstas para o corrente ano.

A Guerra

Quando terminávamos os trabalhos de preparação deste número (20.3.2003), estávamos vivendo “um dia triste para a humanidade”, usando as palavras do Secretário-Geral da ONU Kofi Annan, publicada na p. 8 do jornal *O DIA* (edição dessa data). O Conselho de Segurança da ONU lavou as mãos diante do ataque dos Estados Unidos e de seus aliados ao Iraque, e recordou aos líderes de ambos os países seu dever de salvaguardar os civis iraquianos. Prevaler o uso da força, e não o resultado das inúmeras manifestações pela PAZ ocorridas em todas as partes do mundo nos últimos dias! Sinceramente, lamentamos ver a ONU vencida pela prepotência de poucos “democratas”.

Lixo, recursos hídricos e cidadania

Foi realizado no Plenário da Câmara Municipal de Niterói, no dia 17/3/2003, um Seminário com esse título.

Na organização do evento estiveram o Mandato Popular do Vereador Rodrigo Neves, a Câmara Municipal de Niterói, com apoio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e a Prefeitura Municipal de Niterói.

Dentre os objetivos do Seminário estavam:

1. Discutir os problemas relativos ao lixo da cidade e da região, pautando-se a preservação dos estudos hídricos e o aprimoramento das condições de sustentabilidade da qualidade da vida dos cidadãos.
2. Participar do encaminhamento de soluções apresentando propostas e metas para intervenção local e regional.
3. Promover a participação dos trabalhadores, realizando a escuta dos mesmos como sujeitos sociais, ativos e determinantes na discussão de alternativas para os

problemas aos quais estão submetidos pela conjuntura sociopolítica e econômica.

No centro das atividades previstas estavam três mesas-redondas em que foram debatidas “Gestão de Resíduos Sólidos e Preservação de Recursos Hídricos”, criança no lixo nunca mais – Os desafios continuam, “Organização de trabalhadores e Integração Regional”.

A representante da ASPI-UFF presente ao evento, Profª Lúcia Molina Trajano da Costa, tem comentado sobre a importância e a oportunidade do Seminário, que evidencia a preocupação da cidade de Niterói com o conteúdo do artigo intitulado “Sede Global” que comentamos noutro local deste número.

Calendário de reuniões ano 2003

DIRETORIA EXECUTIVA (Mensais)

Terceiras 5ª feiras do mês, Início: 9h

MÊS	DIA
Março	20
Abril	10
Mai	15
Junho	12
Julho	17
Agosto	21
Setembro	18
Outubro	16
Novembro	20
Dezembro	11

DIRETORIA EXECUTIVA COM DEPARTAMENTOS (Bimestrais)

Última 5ª Feira do mês Início: 9h

MÊS	DIA
Março	27
Mai	29
Julho	31
Setembro	25
Novembro	27

CONSELHO DELIBERATIVO Primeira 5ª Feira do mês Início: 10h

Aniversariantes do Mês



Abri l

- 1 Almir Barbosa
Carlos José Rubini
Luiz Carlos Pereira de Carvalho
- 2 Luciano Hardman Bezerra
Francisco José Calazans Falcon
Rubens Rodrigues Ferreira
- 3 Teresinha de Jesus G. G. Lankenau
- 4 Eugênio Duarte Junior
- 7 Balina Bello Lima
Donato Sylvestre Scharra
Diva Guimarães Rocco
- 9 Tania Maria Marinho Sampaio
Márcia Motta Pimenta Vellozo
Maria Cristina Muniz dos Santos
- 11 Kurt Homburger

- 12 Dilma da Costa Santos
- 16 M. Auxiliadora B. Pereira Rosa
- 17 Aniceta Correa da Silva
Rodolpho Guilherme Pedreira
- 18 Ruysday Justino da Cunha
Israel Alves Pedrosa
Cléa Alves de Figueredo Fernandes
José Arthur Borges Cabral
- 19 Amanda Celeste Pimentel
Antônio Puhl
Jamil Gedeão
Marcos Grimberg
Carlos Saddy
Regina Guimarães de Abreu
Therzinhá de R. Cavalcante

- 23 Sheilah Rubino de Oliveira Kellner
Nilza Santos
- 24 Thereza Neuma Tostes Freitas
Nésio Brasil Alcântara
Diva Vasconcellos da Rocha
- 25 Valdir Favarin
Dulcinéa Menezes Lima
Erasto de Carvalho Prestes
- 26 Mário Nedreiros dos Anjos
- 27 Sheila Maria Garcia de Carvalho
Vandete Andrade Lima
- 28 Maria Luiza Braga
- 29 Rogério Benevento
Carlos Augusto A. Bittencourt Silva
- 30 Sonia Batão Rodrigues Viana